

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e economia brasileira em 2011 teve seu comportamento influenciado em parte pela volatilidade que caracterizou o ambiente externo, com o desempenho de alguns setores sendo negativamente afetados. Instabilidades econômicas nos EUA e na Europa e o desastre natural no Japão foram alguns dos fatores que se destacaram. O Produto Interno Bruto (PIB), após forte recuperação em 2010, quando alcançou crescimento de 7,5%, perdeu fôlego ao longo do ano e encerrou 2011 com aumento de apenas 2,8%, de acordo com estimativas recentes. Apesar do menor ritmo de crescimento, a atividade econômica reduziu, permitindo que o mercado de trabalho continuasse registrado em menores taxas de desemprego na série recente, encerrando o ano em 6,0%. Isto, contudo, manteve a inflação sob pressão, também motivada pelo aumento dos preços das commodities ao final de 2011 e início de 2011. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2011 com alta de 6,5%, alcançando o teto da meta do governo. O Banco Central do Brasil iniciou o ano realizando aperto monetário gradual para conter

pressões inflacionárias e elevou a taxa Selic de 10,75% em janeiro para 12,50% em julho de 2011. No curso do exercício, com o objetivo de combater efeitos recessivos sobre a atividade econômica doméstica e devido ao agravamento da crise internacional, o BC flexibilizou a política monetária a partir de agosto, com sucessivos cortes na taxa Selic, que encerrou 2011 em 11,0%. A balança comercial continuou superavitária, fechando o ano com saldo de US\$ 29,8 bilhões. Isso, somado ao forte ingresso de capitais estrangeiros, não só financiou o déficit de US\$ 50,0 bilhões em conta corrente, como levou a superávit no balanço de pagamentos, favorecendo o aumento das reservas internacionais no ano, que encerraram com US\$ 352 bilhões. O cenário internacional também impactou negativamente o mercado de ações brasileiro e o mercado de câmbio. O Ibovespa encerrou o ano em 56.754 pontos, com desvalorização de 19,1% em relação ao ano anterior, e o dólar encerrou 2011 cotado a R\$1,8669 para venda, com desvalorização de 12,4% em relação ao fechamento de 2010. Para 2012, estimativas divulgadas pelo Banco Central para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 3,3%, com a inflação devendo situar-se no entorno de 5,3%. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, em 2011 o volume global de ativos administrados pela indústria de administração de recursos de terceiros alcançou patamar líquido de R\$1,931 bilhões, com aumento de 13,0% em relação a 2010. No final do ano, conforme dados da ANBIMA, o volume total de recursos sob gestão da Sul América Investimentos DTVM S.A. era de R\$19,6 bilhões, provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes private, representando um aumento de 12,0% sobre o saldo de R\$17,5 bilhões registrado no final de 2010. Em outubro de 2011, a Standard & Poor's reformou a classificação AMP-1 (Muito Forte) atribuída à Sul América Investimentos DTVM S.A. Esta classificação reflete

o bom perfil de negócios da empresa e os benefícios de integrar o grupo SulAmérica; de manter uma carteira diversificada, com uma boa gama de produtos, práticas muito fortes relativas às operações e controles; a expertise de seu corpo diretivo; processos disciplinados de administração de investimentos, e seus bons princípios fiduciários. A Sul América Investimentos encerrou o exercício de 2011 com um resultado de R\$10,6 milhões. A destinação do resultado está abaixo demonstrada:

| | | |
|---|---------------|--------------|
| Lucro líquido antes das participações de funcionários | 2011 | 2010 |
| Participações no resultado | 15.468 | 10.860 |
| Lucro líquido do exercício | (4.904) | (3.613) |
| Consolidação da reserva legal (5%) | 10.564 | 7.247 |
| Lucro líquido ajustado (Artigo 202 - Leis 6.404/76 e 10.303/01) | 10.336 | 6.884 |
| Dividendo Obrigatório | 2.509 | 1.721 |
| Dividendo Adicional | 7.527 | 5.163 |
| Dividendo Proposto | 10.336 | 6.884 |

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas Demonstrações Financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10.05.2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de suas ações de emissão, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas. São Paulo, 27 de fevereiro de 2012. A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

| | Notas | 2011 | 2010 |
|---|-------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | 55.523 | 49.408 |
| DISPONIBILIDADES | | 48 | 24 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS | | 5 | 49.087 |
| Carteira Própria | | 49.087 | 44.704 |
| OUTROS CRÉDITOS | | 6.388 | 4.591 |
| Rendas a Receber | | 4.670 | 3.429 |
| Diversos | | 1.718 | 1.162 |
| OUTROS BENS E VALORES REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO | | 10.842 | 7.649 |
| OUTROS CRÉDITOS | | 10.842 | 7.649 |
| Diversos | | 7 | 10.842 |
| PERMANENTE | | 164 | 459 |
| Investimentos | | 6 | 6 |
| Imobilizado | | 138 | 423 |
| Intangível | | 2 | 2 |
| TOTAL DO ATIVO | | 66.529 | 57.516 |

| | Notas | 2011 | 2010 |
|--|-------|---------------|---------------|
| PASSIVO | | 15.283 | 11.120 |
| CIRCULANTE | | 15.283 | 11.120 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | 3.969 | 4.031 |
| Sociais e Previdenciárias | | 8 | 4.293 |
| Diversas | | 9 | 7.021 |
| EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | | 9.367 | 7.413 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | | 8 | 9.367 |
| Diversas | | 8 | 9.195 |
| Fiscais e Previdenciárias | | 9 | 172 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 41.879 | 38.982 |
| Capital | | 12.1 | 31.663 |
| De Domiciliados no País | | 31.563 | 31.563 |
| Reservas de Lucros | | 12.2 | 10.314 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | 0 | 2 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 66.529 | 57.516 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

| Descrição | Capital Realizado | Reserva Legal | Reserva de Incentivos Fiscais | Dividendo Adicional Proposto | Total das Reservas de Lucros | Ajustes de Valor Patrimonial | Lucros Acumulados | Total |
|---|-------------------|---------------|-------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------|---------|
| SALDOS EM 31.12.2009 | 31.563 | 1.817 | 79 | - | 1.896 | - | - | 33.460 |
| Ajuste ao Valor de Mercado | - | - | - | - | - | (3) | - | (3) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | - | - | - | - | - | 7.247 | 7.247 | 7.247 |
| Constituições de Reservas | - | - | 363 | - | 363 | - | (363) | - |
| Dividendos Propostos R\$0,1078 por lote de mil ações | - | - | - | - | - | (1.721) | (1.721) | - |
| Dividendos Complementares R\$0,2932 por lote de mil ações | - | - | - | - | - | (5.163) | (5.163) | - |
| SALDOS EM 31.12.2010 | 31.563 | 2.180 | 79 | 5.163 | 5.163 | 2 | - | 38.983 |
| Ajuste ao Valor de Mercado | - | - | - | - | - | 4 | - | 4 |
| Dividendos Adicionais Pagos | - | - | - | - | - | - | (5.163) | (5.163) |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | - | - | - | - | - | 10.564 | 10.564 | 10.564 |
| Constituições de Reservas | - | - | 528 | - | 528 | - | (528) | - |
| Dividendos Propostos R\$0,1462 por lote de mil ações | - | - | - | - | - | (2.509) | (2.509) | - |
| Dividendos Complementares R\$0,4385 por lote de mil ações | - | - | - | - | - | (7.527) | (7.527) | - |
| SALDOS EM 31.12.2011 | 31.563 | 2.708 | 79 | 7.527 | 7.527 | 2 | - | 41.879 |
| Ajuste ao Valor de Mercado | - | - | - | - | - | (129) | 4.540 | 38.472 |
| Intangível | - | - | - | - | - | 131 | - | 131 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | - | - | - | - | - | 5.785 | 5.785 | 5.785 |
| Constituições de Reservas | - | - | 289 | - | 289 | - | (289) | - |
| Dividendos Propostos R\$0,1461 por lote de mil ações | - | - | - | - | - | (2.509) | (2.509) | - |
| Dividendos Complementares R\$0,4384 por lote de mil ações | - | - | - | - | - | (7.527) | (7.527) | - |
| SALDOS EM 31.12.2011 | 31.563 | 2.708 | 79 | 7.527 | 7.527 | 2 | - | 41.879 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 1989, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado de São Paulo, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e que tem como principal acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA SAUDE", que detém 90% de participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas liderado pela Sul América S.A. "SASA", que detém o seu controle indireto total. **(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do BACEN e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27.02.2012. **(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **(3.1) RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e no passivo de longo prazo, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; • O ajuste a valor presente é calculado para os ativos e passivos financeiros circulantes e de longo prazo, sendo utilizada como taxa de desconto a Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC); • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **(3.2) ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO:** Classificação e mensuração: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir: **(a) Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimento, são classificados em obrigações exigíveis após 12 meses. **(b) Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **(c) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **(3.3) PASSIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO:** **(3.3.1) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDA:** Os impostos de renda e contribuição de renda e para contribuição social, correntes e diferidas, foram constituídas pelas alíquotas vigentes na base de dados das demonstrações financeiras. **(3.3.2) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS:** As provisões para as ações judiciais de natureza cível, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza cível, quanto as de natureza trabalhista são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo e o desembolso líquido esperado. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos casos pendidos com os processos encerrados por êxito, acórdão judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas na rubrica "Outras Obrigações Diversas". As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. Os provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados na rubrica "Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias", no exigível a longo prazo. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Outros Créditos Diversos", no ativo realizável a longo prazo, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente. **(3.4) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO:** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. **(3.5) PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES:** A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples dos programas até 2010 e no modelo binomial para as opções simples e bonificadas do programa de 2011. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia na data de outorga, na rubrica "Outras Despesas Administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras Obrigações Diversas" no passivo circulante. Periodicamente a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas à seus administradores (vide nota 10.2). **(3.6) DIVIDENDOS:** Os dividendos são reconhecidos quando as demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos proposto pelo Conselho de Administração são refletidos em sub-contas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **(3.7) USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras feitas sobre as registros dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável referem-se a ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. As revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas 5.1 e 11.3. **(4) INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** **(4.1) GERENCIAMENTO DE RISCOS:** Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração e reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estejam em acordo com o objetivo definido pela Companhia. A metodologia utilizada para o gerenciamento de risco das aplicações financeiras compreende a análise dos riscos de crédito e de mercado. Esse monitoramento é constante e em consonância com os limites pré-estabelecidos e dentro das políticas internas de alocação de recursos definidas pelo Comitê de Investimentos. No tocante ao risco de mercado é utilizada a metodologia Value at Risk (VaR) paramétrico com nível de confiança de 95%. **Risco da taxa de juros:** O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impacto ao valor presente do portfólio de investimentos. A Companhia adota o processo de mensuração e monitoramento do risco de liquidez nas taxas de juros e nos prazos em condições normais e adversas de mercado. **Risco de crédito:** Os limites à exposição ao risco de crédito relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito. Resumidamente, os critérios para exposição de crédito adotados são os seguintes: a) Títulos Públicos Federais: até 100%; b) Títulos Públicos Estaduais e Municipais: 0%; c) Empresas não-financeiras (títulos corporativos): é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise é elaborado um "Score" (rating interno). Com base no "Score", é estabelecido um limite de crédito. Este limite será utilizado na exposição máxima a títulos de emissão para uma determinada empresa não-financeira; d) Instituições financeiras: é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "Score" (rating interno). Com base no "Score" obtido, é estabelecido um limite de crédito e de exposição a máximo são monitorados regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco. **Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidez dos direitos e obrigações da Companhia, bem como, a liquidez dos seus instrumentos financeiros. **(4.2) DERIVATIVOS:** Em 31.12.2011 e 2010, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **(5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:** A classificação, as taxas de juros e o vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2011 e 2010, feitos de acordo com os critérios de contabilização e avaliação descritos na nota 3.2, estão descritos a seguir:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------------|---------------|
| Valores mobiliários disponíveis para venda | | |
| Valor mobiliário avaliado pela curva | 36.770 | 36.766 |
| Valor mobiliário avaliado pela curva contábil | 11.861 | 11.861 |
| Taxa média de juros | SELIC | SELIC |
| Títulos de Renda Fixa - Públicos | 36.770 | 36.766 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional | - | - |
| Série F - Pré-fixado | 24.905 | 24.905 |
| Quotas de Fundos de Investimentos | 7.938 | 7.938 |
| Quotas de fundos de investimentos não exclusivos | 7.938 | 7.938 |
| TOTAL | 7.938 | 7.938 |
| % | 18% | 82% |
| Circulante | 7.938 | 36.766 |
| Até 02 anos | - | - |
| ou sem De 02 a 5 anos | 11.074 | 11.074 |
| Valor de Custo | 11.074 | 11.074 |
| Valor de Mercado | 11.074 | 11.074 |
| Ganhos Realizados | 7.938 | 7.938 |

VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO
Quotas de Fundos de Investimentos
 Quotas de Fundos de Investimentos
 Não Exclusivos: 11.074 - 11.074 11.074 - 11.074
Total em 31.12.2011 11.074 - 11.074 11.074 - 11.074
Total em 31.12.2010 7.938 - 7.938 7.938 - 7.938
DISPONÍVEL PARA VENDA
Títulos Renda Fixa - Públicos 2.545 35.465 38.010 38.013 3
 Letras Financeiras do Tesouro 2.545 35.465 38.010 38.013 3
Total em 31.12.2011 2.545 35.465 38.010 38.013 3
Total em 31.12.2010 - 36.770 36.770 36.766 (4)
(5.1) CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO: Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA. Em 2011 e 2010 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluindo no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **(ii) Títulos de renda fixa - públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Quotas de Fundos de Investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada Fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

| | 2011 | 2010 |
|---|---------------|---------------|
| Ativos Financeiros | | |
| Valor Justo por Meio do Resultado | 11.074 | 7.938 |
| Disponível para Venda | 38.013 | 36.766 |
| Total | 49.087 | 44.704 |
| (6) RENDAS A RECEBER: Referem-se a taxas de administração e performance de clubes e fundos de investimento financeiros, que foram administrados pela Companhia, no montante de R\$4.670 em 31.12.2011 (R\$ 3.429 em 2010). (7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS | | |
| Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1) | 2.264 | 2.366 |
| Impostos e contribuições a compensar | 1.445 | 862 |
| Depósitos judiciais (nota 11) | 6.574 | 5.279 |
| Outros | 277 | 224 |
| Total | 12.560 | 8.811 |
| Circulante | 1.718 | 1.162 |
| Longo Prazo | 10.842 | 7.649 |

(7.1) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES: Em 31.12.2011 e 2010, as bases do imposto de renda e da contribuição social diferidas são compostas da seguinte forma:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------------|--------------|
| Provisões para Ações Judiciais, Perdas e Obrigações Fiscais | 3.902 | 3.561 |
| Outros | 2.315 | 2.795 |
| Base de Cálculo | 6.217 | 6.356 |
| Alíquota 15% + Adicional 10% | 25% | 25% |
| (1) Crédito Tributário - Imposto de Renda | 1.584 | 1.589 |
| Provisões para Ações Judiciais, Perdas e Obrigações Fiscais | 2.418 | 2.824 |
| Outros | 2.315 | 2.795 |
| Base de Cálculo | 4.733 | 5.177 |
| Alíquota | 15% | 15% |
| (2) Crédito Tributário - Contribuição Social | 710 | 777 |
| Total | 2.264 | 2.366 |
| (1) + (2) Total dos Créditos Tributários (a) | 2.264 | 2.366 |
| Total | 2.264 | 2.366 |
| Longo Prazo | 2.264 | 2.366 |

(a) Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de diferenças temporárias. A estimativa da Administração da Companhia quanto à realização dos seus créditos tributários, está baseada em orçamento elaborado até 2014, aprovado pelo Conselho de Administração. **(8) OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCALIS E PREVIDENCIÁRIAS**

| | 2011 | 2010 |
|--|---------------|--------------|
| Provisão para riscos fiscais (nota 11) | 9.195 | 7.191 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | 3.616 | 1.418 |
| Impostos e contribuições a receber | 677 | 543 |
| Total | 13.488 | 9.152 |
| Circulante | 4.293 | 1.961 |
| Longo Prazo | 9.195 | 7.191 |

(9) OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERS

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. Nº 32.206.435/0001-83

| Descrição: | 2011 | | 2010 | |
|---|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social |
| Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações | 23.313 | 23.313 | 15.633 | 15.633 |
| Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Oficiais- 25% e 15% | (5.828) | (3.497) | (3.908) | (2.345) |
| Adições: | | | | |
| Provisão para Ações Judiciais e Obrigações Fiscais | (85) | (53) | (47) | (28) |
| Despesas Não Dedutíveis..... | (87) | (18) | (102) | (61) |
| Exclusões: | | | | |
| Encargos sobre Participações nos Lucros..... | 889 | 533 | 722 | 433 |
| Outras - Exclusões..... | 117 | 99 | 1.366 | 781 |
| Redução de Incentivo Fiscal | 187 | - | - | - |
| Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente | (4.807) | (2.936) | (1.969) | (1.220) |
| Impostos Diferidos | | | | |
| Reversão - Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias | (35) | (67) | (1.020) | (564) |
| Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido | (35) | (67) | (1.020) | (564) |

(18) ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO E CARTEIRAS ADMINISTRADAS: Os patrimônios líquidos em 31.12.2011 dos fundos de investimento e carteiras administradas totalizavam R\$ 25.638.167 (R\$ 23.763.875 em 2010), sendo R\$ 6.175.042 (R\$ 5.814.063 em 2010) provenientes da sua controladora de última instância SASA e suas controladas e R\$19.463.125 (R\$17.949.812 em 2010), provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes *private*. **(19) LIMITES OPERACIONAIS:** O BACEN, por meio da Resolução nº 2.723, de 31.05.2000, regulou os critérios de apuração dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo permanente (imobilizado) e por meio das Resoluções nº 3.444, de 28.02.2007, 3.490, de 29.08.2007 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela Abordagem do Indicador Básico e está enquadrada nos referidos limites das resoluções e circular supracitadas. **(20) CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011:**

| | 2º Semestre | 2011 | 2010 |
|---|--------------|---------------|--------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 5.785 | 10.564 | 7.247 |
| MAIS | | | |
| Depreciações e Amortizações | 53 | 315 | 168 |
| Outros | 50 | 50 | 434 |
| MENOS | | | |
| Juros e Variações Monetárias de Depósitos Judiciais | (271) | (383) | (245) |
| Outros | (86) | (88) | - |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Variação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | (9.856) | (4.182) | (67) |
| Variação de Outros Créditos | (2.894) | (4.266) | 609 |
| Variação de Outros Valores e Bens | 109 | 89 | (1) |
| Variação de Outras Obrigações Sociais e Estatutárias..... | 434 | (848) | (1.692) |
| Variação de Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias..... | 3.381 | 4.286 | 1.072 |
| Variação de Outras Obrigações Diversas | 3.334 | 1.825 | (1.052) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 39 | 7.362 | 6.473 |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Vice-Presidente:** Arthur John Kalita; **Conselheiros:** Carlos Jaime Muriel Gaxiola; Carlos Infante Santos de Castro; Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Timothy Scott Mackenzie.

DIRETORIA

Presidente - Thomaz Luiz Cabral de Menezes; **Vice-Presidente:** Marcelo Pimentel de Mello. **Diretores:** Emil Andery; Marcelo Saddi Castro. Mauro Reis d'Almeida
Contador - CRC - 1RJ 066.620/O-7 "S" - SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é um órgão colegiado constituído por três diretores da instituição, todos nomeados pelo Conselho de Administração, que funciona consoante as diretrizes estabelecidas em seu regimento interno, instituído nos termos do Inciso I, do artigo 15, do Regulamento Anexo à Resolução nº 3.198, do Conselho Monetário Nacional, de 27 de maio de 2004. As principais atribuições do Comitê são a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e observância das práticas contábeis estabelecidas na legislação aplicável, da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição e a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna. No exercício de suas atividades no 2º semestre de 2011, o Comitê reuniu-se com a Administração da Companhia para avaliar a revisão preventiva nos processos e sistemas vinculados à atividade de gestão de recursos próprios e de terceiros, que contemplou a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos principais processos sob gestão da Sul América Investimentos. Tais trabalhos foram iniciados no 1º semestre de 2011. Os pontos operacionais levantados no relatório sobre os processos foram cumpridos dentro do prazo estabelecido. Foram apresentados também os pontos em andamento sobre a auditoria de sistemas. Havia 4 itens em andamento, sendo que um ponto já tinha sido implementado. O andamento dos outros pontos referentes adequação de senha e trilha de auditoria de sistemas de acompanhamento de cotas está dentro do cronograma estabelecido.

A avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31.12.2011, considerou, além dos valores expressos nos referidos relatórios, os processos adotados para sua elaboração. Com base nessa avaliação e nas demais informações obtidas no decorrer de seus trabalhos, o Comitê concluiu que as referidas demonstrações foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações dos recursos da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., recomendando ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis auditadas relativas ao período findo em 31.12.2011. Dando por concluída a ordem do dia, os membros encerraram a reunião e lavraram a presente ata, a qual após lida e entendida, é assinada. São Paulo, 14 de fevereiro de 2012. Thomaz Cabral de Menezes - Marcelo Pimentel Mello - Emil Andery.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. São Paulo, 27 de fevereiro de 2012.